



Rosana Trinta, Atleta da Alumar, Campeã no Tênis de Mesa

**CVRD · LONG LIFE · BANCO DO BRASIL  
CAEMA · SINCOLEMA · CENTRO ELÉTRICO  
CITÉLUZ · CAFÉ CARAVELAS · NOVA SKIN  
COPYSTAR · BY HOME MÓVEIS · SABÃO GAROTO  
JACAÚNA DECORAÇÕES · SOFERRO**

Casa da Indústria  
Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n,  
Cohama  
São Luís do Maranhão  
CEP: 65076-001  
Tel: (98) 212.1875  
Fax: (98) 212.1821  
Email: ascom@ma.br

**Coordenação:** Ribamar Dourado  
**Editor:** Luís Fernando Baima  
**Reportagem:** Ledilce Fonseca e Fernanda  
Moraes Rego  
**Nacionais:** Agência CNI  
**Fotografia:** Ailton Baren, Joaquim Neto,  
F. Álvares, Arquivo Sesi/Senai, Arquivo  
BNB, Arquivo CVRD, Arquivo SNI,  
Arquivo CFN, Arquivo PMSL  
**Arte:** Angelo Rosa  
**Impressão:** Unigraf  
**Colaboraram nesta edição:** Vanessa  
Tavares (CVRD) e Ana Paula Teixeira  
(BNB).  
**Produção:**

**Unicom**  
**Unidade Integrada de**  
**Comunicação Social**

Fiema/Sesi/Senai/IEL  
Cíntia Machado  
Assessora

**Cartas para a redação:**  
Cartas para Maranhão Industrial devem tra-  
zer a assinatura, o número da cédula de  
identidade e o telefone do autor  
**Enviar para:**  
Maranhão Industrial  
Diretor de redação  
Casa da Indústria  
Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n,  
Cohama  
São Luís do Maranhão  
CEP: 65076-001

*As opiniões contidas em artigos assi-  
nados são de responsabilidade de seus  
autores, não refletindo necessariamen-  
te o pensamento da Fiema.*

## SEÇÕES

Jorge Machado Mendes .....	3
Clipping .....	4
Jurisprudência .....	6
Memória .....	36

### Certificação de empresa 7

Procem desperta novos valores Certificação desperta novos valores

### Mercado externo 8

Indústria de João Lisboa produz móveis para os EUA e MCE

### Qualidade no trabalho 12

Relação interpessoal garante premiação nacional para panificadora

### Sondagem industrial 14

Maranhenses acompanham o bom momento da indústria nacional

### Planejamento empresarial 16

Falta de planejamento em 78% de indústrias maranhenses

### Carga tributária 19

Impostos são novamente apontada como maior problema

### Cultura e negócios 22

Promoção cultural do Sesi mobiliza micro e pequenos

### Integração regional 24

Jogos regionais são organizados pela primeira vez em São Luís

### Ação social 28

Atendimentos do Ação Global superam as expectativas

### Estudos econômicos 32

A grande economia dos pequenos

**Presidente:** Jorge Machado Mendes

**1º Vice-presidente:** Geneci Góis Rosa

**Vice-presidentes:** Antônio Carlos Lopes

Ribeiro, Carlos Augusto Fonseca

Mendes, Cirilo José Campêlo Arruda,

Edilson Baldez das Neves, Francisco

Carlos Ribeiro Santos, Francisco Sales

Alencar, João de Deus Pires Leal Neto,

Jorge Garcia de Deus, José Antonio

Buhatem, José Augusto Batista, José

Orlando Soares Leite Filho, José

Raimundo Lima, José Raimundo Nunes

Sarmento, José Ribamar Barbosa Oliveira,

Luiz Fernando Coimbra Renner, Mário

Machado Mendes, Pedro Robson

Holanda da Costa, Rubemar Coimbra

Alves, Wanderley Silva de Oliveira e

William José Nagem

**1.º Secretário:** Leopoldo Debtz de

Moraes Rêgo

**2º Secretário:** Rachid Abdalla Neto

**1º Tesoureiro:** José de Ribamar

Fernandes

**2º Tesoureiro:** José Ribamar Pereira

**Conselho fiscal:** Eduardo de Souza

Leão, Franklin Delano Marinho Rocha

e José Seabra Godinho

**Suplentes:** Carlos Alberto Ferreira da

Silva, Neife Abdalla e Paulo Sérgio de

Assunção Santiago

**Presidentes dos sindicatos afiliados:**

Alberto Abdalla, Antônio Carlos Lopes

Ribeiro, Antônio José Sousa Silva,

Benedito Bezerra Mendes, Edvan da

Silva Amâncio, Joanas Alves Silva, João de

Deus Pires Leal, João Neto Franco, José

Antônio Buhatem, José Augusto Batista,

José de Ribamar Barbosa Belo, José de

Ribamar Fernandes, José Ribamar Pereira,

José Orlando Soares Leite Filho, José

Raimundo Nunes Sarmento, Leopoldo

Debtz de Moraes Rego, Luiz Fernando,

Coimbra Renner, Marcos Aurélio

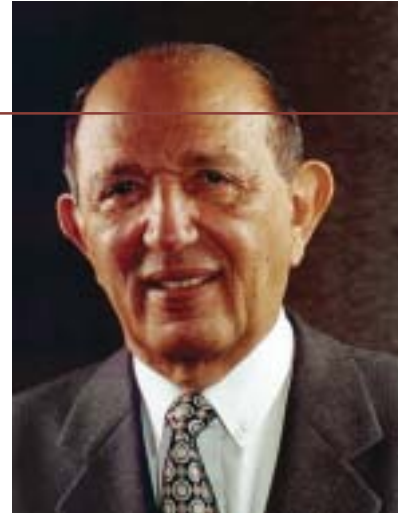
Cavalcanti Mendonça, Mário Machado

Mendes, Marcos Rogério Tintori, Paulo

Roberto Costa Nagem, Ricardo Pereira

Barros e William José Nagem

## 2004: UM ANO DE REALIZAÇÕES



O terceiro número da revista Maranhão Industrial coincide com o encerramento de um ano importante para a política de desenvolvimento adotada pela Fiema como prioridade. Dar realidade ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial tem sido a idéia motriz de todo o Sistema, através de suas unidades, integradas em torno desse objetivo.

Voltamos às quatro principais regiões econômicas do Estado, agora com equipes técnicas encarregadas de mobilizar as comunidades econômicas regionais, despertando-as para as alternativas de investimento e motivando-as a cerrar fileiras no esforço comum de dinamizar, ao máximo, a economia local.

Seminários foram realizados; informações técnicas e gerenciais foram disponibilizadas. Cursos de capacitação empresarial foram oferecidos, para empresários e para eventuais novos empreendedores. Um programa mais ousado de capacitação profissional e tecnológica foi levado a efeito, com o objetivo básico de atender à demanda do setor produtivo, com recursos humanos do lugar. De um modo geral, em todas as áreas e em todos os setores, foi preconizada a formação de uma cultura empreendedora, como requisito para a expansão da economia como um todo.

Reforçamos, no âmbito da Fiema, os núcleos técnicos de apoio ao empreendedor. Reestruturamos, assim, o Centro de Apoio à Micro e Pequena Indústria – Campi, a fim de lhe dar condições de cumprir as funções de um núcleo gerador de informações técnicas especializadas, inclusive quanto a linhas de financiamento disponíveis nos principais bancos de desenvolvimento. Criamos o Centro Internacional de Negócios, para dar suporte técnico ao exportador.

Não descuidamos, por outro lado, da ênfase à maior eficiência e operacionalidade das instituições do Sistema, em suas ações tradicionais. O IEL (Instituto Euvaldo Lodi), por exemplo, aumentou o número de vagas de estágio, e incrementou suas ações atinentes ao empreendedorismo e ao aperfeiçoamento de mão-de-obra; o Sesi, assim como o Senai, aplicaram-se na expansão de suas atividades, norteadas, sempre, pela diretriz geral do desenvolvimento da indústria e da responsabilidade social, com resultados mais consistentes em amplitude de atendimento e em qualidade.

Sendo assim, acreditamos que o ano de 2004 se constitui, na verdade, num momento ímpar de um novo ciclo da economia maranhense, com o Sistema Fiema exercendo um papel de especial relevância, fato que nos leva a expressar o nosso reconhecimento a todos os nossos colaboradores e parceiros, sem cuja participação não teríamos obtido o êxito que comemoramos. A todos eles, com suas famílias, desejamos um Feliz Natal e um Ano Novo de grandes realizações.



Franzé de Moraes:  
juros de 8,75 a 14% a.a.

Divulgação BNB

## Dinheiro para exportação

O Banco do Nordeste está oferecendo linhas de financiamento para exportadores maranhenses, a juros que variam de 8,75% a 14% ao ano, prazo de pagamento de até 12 anos e bônus de 15% sobre cada parcela paga dentro do prazo de vencimento. As linhas prevêem financiamentos de insumos e matérias-primas, através do FNE.

Para ter acesso, segundo palestra proferida por Franzé de Moraes, gerente do BNB em São Luís, durante a 2ª Jornada Maranhense de Comércio Exterior, o empreendedor deve passar por algumas etapas, como entrevista, elaboração de cadastro, visita gerencial, análise do projeto, decisão do crédito e contratação da operação, para posterior desembolso.

## Comércio exterior

Realizada em São Luís, a 2ª Jornada Maranhense de Comércio Exterior, organizada pelo Comitê Gestor de Exportação, o CGEX. O evento foi direcionado para micro e pequenas empresas potencialmente exportadoras, com o objetivo de ampliar e diversificar a pauta de exportação do estado, concentrada hoje em apenas cinco produtos considerados relevantes: ferro, soja, ferro gusa, alumínio e madeira. Na oportunidade, foram discutidos temas como logística para exportar; mecanismos de

exportação através dos Correios; ações de difusão da cultura exportadora; financiamento às exportações; programa de apoio do Banco do Nordeste ao comércio exterior; o papel do Centro Internacional de Negócios; e programa de arranjos produtivos locais como estratégia exportadora para pequenos negócios. Participaram das discussões o Centro Internacional de Negócios da Fiema, o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, a Faculdade São Luís, o Sebrae e o governo do estado do Maranhão.

## Siderúrgica I

O jornal norte-americano Economic Times garante que a Índia pode perder para o Brasil o projeto de construção de um complexo siderúrgico, desejado pela sul-coreana Posco. Segundo o jornal, a empresa está negociando com a Companhia Vale do Rio Doce a construção de uma usina de aço perto de São Luís, com capacidade para 16 milhões de toneladas de placas de aço. Os sul-coreanos, segundo ainda o jornal, estão muito mais propensos a trabalhar com o minério de Carajás, bem superior ao de Orissa, na Índia, onde a Posco mostrava-se, inicialmente, interessada. Com mais essa, os investimentos previstos para o Maranhão, podem chegar à casa dos US\$ 11,4 bilhões.

## Siderúrgica II

Em entrevista concedida ao jornal alemão Frankfurter Allgemeine Zeitung, o presidente executivo da ThyssenKrupp, Ekkehard Schulz, anunciou que a sua empresa também estaria interessada em montar uma unidade no futuro pólo siderúrgico de São Luís. Em parceria com a Companhia Vale do Rio Doce, o grupo industrial alemão pretende construir uma planta para laminados, avaliada em US\$ 2,4 bilhões, voltada principalmente para o Nafta e para uso em pequenas siderúrgicas do próprio grupo. Atualmente, a empresa, que atua também na Argentina, Chile e Venezuela, possui 20 subsidiárias no Brasil, em sua maioria formada por companhias de produção automotivas e de elevadores, com sede em São Paulo.



## CFN em recuperação

**A** Companhia Ferroviária do Nordeste anuncia que até o final de 2006 estará concluindo as obras de recuperação da antiga São Luís-Teresina. Ao todo, serão investidos R\$ 38 milhões, nos 440 quilômetros da via permanente da ferrovia. Os recursos são parte dos R\$ 100 milhões contraídos em empréstimo pela Companhia junto ao BNDES, para a recuperação da malha nordeste, em trechos que vão do Maranhão ao estado do Sergipe. Os investimentos serão aplicados na substituição de dormentes e trilhos, recuperação da obras de arte e construção de bueiros em locais de estrangulamento e de pouca drenagem de águas pluviais. A CFN prevê também a compra de novas locomotivas e vagões, a implantação de pátios e terminais de carga e descarga, e a modernização dos sistemas operacionais de sinalização. A idéia é tornar a ferrovia segura e confiável.

## CVRD premiada



Alberto Abdalla: prêmio para a Vale

**A** Companhia Vale do Rio Doce foi indicada pela Fiemma ao Prêmio CNI 2004. O Prêmio foi criado para estimular as boas práticas empresariais dentro das indústrias. A Companhia mereceu a distinção nas categorias “Qualidade e Produtividade - Melhoria do Processo Produtivo” e “Ecologia - Conservação dos Insumos da Produção”. A Vale concorre agora em nível nacional.

## Licitação na Norte-Sul

**T**rês novos trechos da Norte-Sul deverão ser licitados até o final deste ano. A informação é do governador do Tocantins, Marcelo Miranda, com a garantia de ter liberado, junto ao governo federal, mais R\$ 480 milhões para a ferrovia. Com isso, três trechos estão sendo previstos para licitações imediatas: 43 quilômetros, de Babaçulândia a Araguaína, no valor de R\$ 280 milhões; 57 quilômetros, de Araguaína a Colinas, sem valor previsto; e mais 86 quilômetros, de Colinas a Guaraí, baseado nos R\$ 200 milhões restantes. De acordo ainda com o governador, já estão prontos os projetos para a ferrovia chegar de Guaraí a Palmas, ainda sem data definida.



Norte-Sul:  
dinheiro liberado

# A nova lei de inovação tecnológica e a indústria

A Lei Federal nº 10.973, que entrou em vigor em 03.12.04, estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País.

Essa Lei define muito bem, em seu art. 2º, o que se entende por agência de fomento, criação, criador, inovação, instituição científica e tecnológica (ICT), núcleo de inovação tecnológica, instituição de apoio, pesquisador público e inventor independente. Essas definições – atuais, modernas e avançadas – são importantes para uma compreensão segura do seu conteúdo.

O capítulo II merece destaque, porque trata, essencialmente, do estímulo da União, dos Estados e dos Municípios em apoio à construção de alianças estratégicas e ao desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas nacionais, ICT e organizações de direito privado sem fins lucrativos, para atividades de pesquisa e desenvolvimento que objetivem a geração de produtos e processos inovadores.

Merece destaque também o art. 9º do capítulo II, pelo fato de prever que a Instituição Científica e Tecnológica poderá celebrar acordos de parceria para a produção conjunta de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo, com instituições públicas e privadas. Para isso, as partes deverão inserir, em contrato, a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados da exploração das criações

decorrentes da parceria, deixando assegurado, aos contratantes, o direito ao licenciamento.

A tecnologia desenvolvida se reveste de todo o sigilo, vez que a norma do art. 12 proíbe ao dirigente, ao criador, a qualquer servidor ou ao prestador de serviço à Instituição Científica e Tecnológica, qualquer divulgação sobre a criação, sem prévia autorização da ICT. Tal providência garante o sigilo em torno da invenção, como também a possibilidade de ela vir a ser patenteada.

Especificamente à indústria, a Lei traz, no seu capítulo IV, normas que podem estimular a inovação tecnológica.

A respeito, o art. 19 estabelece que 'a União, as ICT e as agências de fomento promoverão e incentivarão o desenvolvimento de produtos e processos inovadores em empresas nacionais, (...) mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura, a serem ajustados em convênios ou contratos específicos, destinados a apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento, para atender às prioridades da política industrial e tecnológica nacional'. No seu § primeiro, assegura: 'As prioridades da política industrial e tecnológica nacional de que trata o caput deste artigo serão estabelecidas em regulamento'.

O parágrafo segundo desse artigo, permite a concessão de recursos financeiros, sob a forma de subvenção econômica, financiamento ou participação societária, tudo voltado aos processos de inovação, e desde que antecedida da



aprovação do projeto pelo órgão ou entidade concedente.

Bom ressaltar que o Poder Executivo regulamentará a subvenção econômica contida no art. 19, também com o objetivo de assegurar à inovação tecnológica um percentual mínimo dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Não se pode deixar de referenciar o conteúdo do art. 21, quando estabelece que ‘as agências de fomento deverão promover, por meio de programas específicos, ações de estímulo à inovação nas micro e pequenas empresas, inclusive mediante extensão tecnológica realizada pelas ICT’.

A Lei nº 10.973, em seu artigo 23, permite a instituição de fundos mútuos de investimento em empresas cuja atividade principal seja a inovação. Tal dispositivo cria a possibilidade de destinar à atividade produtiva recursos destinados ao mercado de valores mobiliários. Dessa forma, além dos recursos do governo, as empresas ainda poderão contar com recursos privados para o desenvolvimento de sua inovação tecnológica.

Adiante, prende-se ao inventor independente. Basta que ele comprove o depósito de pedido de patente, para permitir, a uma ICT, a adoção de seu invento. A partir daí, a criação poderá ser objeto de utilização e industrialização no setor produtivo, podendo gerar oportunidades de negócios entre criador e empresários.

Concluindo a análise, a Lei (art. 28), determina que a União deverá fomentar a inovação na empresa mediante a concessão de incentivos. Por fim, assegura que o Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional, em até 120 dias contados de 03 de dezembro de 2004, projeto de lei para atender o previsto no referido artigo.

Surge, enfim, no Brasil, uma lei de incentivo à inovação tecnológica, compatível com a realidade do nosso tempo.



Divulgação Senai

Procem: 28 empresas já foram certificadas nos programas de capacitação

## Certificação desperta novos valores

O Programa de Certificação de Empresas, o Procem, está se consolidando como diferencial competitivo para as empresas maranhenses em busca de novos mercados consumidores. Ao contrário de outras certificações, o programa tem uma abrangência que vai além da qualidade e da produtividade, passando por áreas como gestão contábil, tributária e trabalhista; segurança do trabalho e meio ambiente e, mais recentemente, responsabilidade social. O objetivo maior do Procem é desenvolver a cultura gerencial das empresas fornecedoras do Maranhão, sendo único no país com essas características.

O que as 19 empresas inscritas na terceira versão do Procem querem, é atingir a excelência no fornecimento de bens e serviços. Hoje, elas vendem para as principais empresas maranhenses, como Alumar, CVRD, Eletronorte e Transpetro, subsidiária da Petrobrás. O engenheiro civil e empresário, Antônio Augusto Coutinho, conta que aderiu ao Procem com o objetivo de ampliar o leque de clientes. “Descobri que, apesar de toda a minha formação acadêmica, estou despreparado para gerenciar uma empresa. Essa falta de gerenciamento faz com que muitas empresas não consigam se profissionalizar e crescer”, resumiu ele.

Empresários como Antônio Coutinho participam este mês de capacitações nas quatro áreas de abrangência do programa e, em 2005, suas empresas poderão obter a certificação. “O Procem conta com áreas que vão além da questão da qualidade e tem ainda como diferenciais, em relação a outros programas no país, o monitoramento antes e depois da certificação, a capacitação empresarial e o acompanhamento *in loco* de facilitadores que acompanham a implementação dos módulos”, explica Jaqueline Pimentel, da coordenação técnica do programa, de competência do Senai. O Procem, que integra o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores, o PDF, já certificou 28 empresas. É, sem dúvida, um exemplo bem-sucedido de parceria público-privada, que conta com a participação da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo; das empresas compradoras Alumar, CVRD, Transpetro e Eletronorte; do Sebrae e do Senai, além das empresas fornecedoras de bens e serviços.

# Por acaso... Ou não?

**Industrial mineiro estabelecido em João Lisboa, no Maranhão, produz móveis para americanos, alemães, italianos...**

Dimas Luiz da Silva:  
contabilidade em  
euros e dólares

Nada prometia se diferenciar das muitas histórias dos madeireiros e de suas andanças à procura de matéria-prima farta. E de muitos que acompanharam a abertura das fronteiras conquistadas por novas estradas, mata à dentro. Nem mesmo a desse mineiro de Luz, uma pequena cidade de pouco mais de 17 mil habitantes, encravada no centro-oeste das Minas Gerais. Dimas Luiz da Silva chegou em João Lisboa, há 32 anos, como muitos que por aqui aportaram, depois da construção da rodovia Belém-Brasília e início da tentativa de se chegar à grande floresta, através da Transamazônica. E por lá permaneceu durante 20 anos, serrando pranchas e aparelhando tábuas, até que as contingências do ciclo o forçaram a se mudar para Novo Repartimento, um dos vários muni-





cípios do Pará, que se formaram ao largo da área de influência da grande hidroelétrica de Tucuruí.

Em Novo Repartimento, Dimas resolveu dar uma parada e, como se poderia dizer, se estabelecer. Para não ter que continuar “correndo” atrás de sua principal matéria-prima, comprou uma área de 23 mil hectares para exploração de madeira, através do sistema de manejo. Aí então, adquiriu novas máquinas e montou uma nova serraria. Conquistou o “selo verde”, um certificado de reconhecimento internacional de controle ambiental, concedido aos que respeitam as normas de exploração de recursos, sem danos para a natureza. De posse da certificação, Dimas aproveitou para melhorar, ainda mais, o beneficiamento do material trabalhado e partiu para o mercado externo. Durante seis anos se dedicou a exportar tábuas e peças de madeira aparelhadas para os Estados Unidos, através do porto de Barcarena, no Pará. Foi então, há seis anos, que Dimas recebeu a visita de um representante do grupo Souser International, de Illinois, USA. O americano queria saber se a empresa estaria disposta a fabricar conjuntos de mesas e cadeiras dobráveis, em madeira maciça: 50 mil por ano.

Dimas não pensou duas vezes. De posse das especificações técnicas exigidas pelo grupo, retornou à velha serraria de João Lisboa, onde possuía galpões para montar uma planta adequada para atender a encomenda, facilidade de contratação da mão-de-obra, matéria-prima necessária em um raio de 200 km e logística rodoviária e ferroviária, com direção a três grandes portos, por onde poderia realizar as futuras exportações: Itaqui (MA), Pecem (CE) e Barcarena (PA). Hoje, a Lisboa Móveis, que por implicações de marketing e identificação junto à



Robô de pintura: maior precisão e ausência de risco nas operações com vernizes e tintas

União Européia, e ao seu mercado comum, passou a se chamar de D6 Móveis, vem produzindo em João Lisboa 30 mil peças por mês, destinadas somente ao mercado externo. Agora, não somente para os Estados Unidos, mais também para a Alemanha e a Itália, onde a D6 possui representantes e vendedores. Além dos conjuntos dobráveis a indústria se prepara para lançar uma linha de móveis para jardins e outra para uso de hotéis. Com isso, a empresa pretende completar uma linha de nove itens em produção, acumulada em um catálogo onde estão relacionados desde os primeiros conjunto de mesas e cadeiras, a beliches, poltronas e pisos.

Para isso, Dimas reconhece que a sua indústria vive em um processo permanente de modernização, tanto na fabricação de seus produtos quanto em gestão empresarial. “O mercado onde atuamos exige atenção total, não só

pela competição acirrada, mas, também, pelas exigências cada vez maiores por qualidade”, explica. Para atender a essas exigências, a D6 Móveis dispõe, em uma área de 18.000 m<sup>2</sup>, de máquinas que vão desde as mais modernas Cad/Cam, de controle numérico, a sistemas inteligentes de manufatura, com o uso de robótica – que lhe garante qualidade suficiente para satisfazer às exigências do mercado exterior. Além disso, os produtos da D6 Móveis possuem uma característica especial em termos estruturais. Os insumos utilizados para montagem são comprados dos melhores fabricantes nacionais e do exterior. A empresa garante que prima por detalhes que levem à conquista e preferência dos seus clientes. Mesmo assim a equipe técnica da indústria está sempre à disposição para corrigir qualquer falha que porventura venha a ocorrer, em qualquer dos processos de fabricação.



Cuidados ambientais: potentes exaustores aspiram resíduos e poeiras nas áreas onde são realizadas as operações de lixamento e acabamento

## Qualidade no trabalho

Para quem esperava encontrar em uma indústria de móveis, onde são realizadas tarefas de serragem, aparelhamento, lixamento e pintura de peças de madeira, poeira ou cheiro de verniz, chama a atenção do visitante o nível de limpeza, segurança e organização das instalações da D6 Móveis. A busca incessante pela melhor forma de trabalho levou a empresa a se preocupar com as suas condições ambientais. Nela se destacam providências para manter as instalações o máximo possível livre de poluentes. Um exemplo está relacionado com o sistema de exaustão de pó e outros resíduos finos de madeira. Com motores que totalizam

510HPs, este sistema consegue retirar quase todo o pó produzido pelas máquinas de lixamento e usinagem, proporcionando melhores condições ambientais. Outro exemplo pode ser observado na cabine de pintura, feita por robôs, além da proteção de cortinas de água. Quanto à segurança e a organização, o *layout* das instalações chegam a sugerir um exagero, para os menos acostumados com o ambiente fabril. Cada setor da fábrica encontra-se devidamente definido por áreas de atuação e fartamente sinalizado. Tudo, interligado por sistemas de rolos de transporte, o que evita a movimentação de objetos pesados por empregados da indústria.

### D6 EM NÚMEROS

PRODUTOS

9

EMPREGADOS

370

ÁREA INDUSTRIAL

18.000 m<sup>2</sup>

CAPACIDADE

30 mil peças/mês

MERCADO

USA/MCE

FATURAMENTO

US\$ 6 milhões/ano

# Visão de negócio

Para quem sonha em ter em sua contabilidade valores convertidos em euros e dólares, fica difícil entender que a D6 Móveis esteja desenvolvendo, atualmente, um projeto para o mercado interno. A intenção de seus diretores é que, no prazo de dois anos, a indústria possa contar com *show-rooms* espalhados pelos principais centros consumidores de móveis finos do país. A visão é destinar 10% de sua produção para venda direta no mercado interno, como forma de diminuir a dependência por representantes e, assim, aumentar a margem de lucro. Ao mesmo tempo, recentemente a D6 Móveis ampliou sua política de negócios com vistas em novos parceiros na América do Sul, USA, Europa e outras partes do mundo,



Divulgação D6

Metas de produção visam fatia do mercado interno com *show-rooms* espalhados no Brasil

onde existam mercados viáveis para seus produtos. Nesta busca de novos parceiros a empresa iniciou um pro-

cesso de divulgação de seus produtos e da sua capacidade produtiva, principalmente em feiras internacionais.

## Qualificação de mão-de-obra



Com 370 empregados e preocupação com qualidade em mínimos detalhes, a D6 Móveis não pode deixar de estar atenta a um bom programa de recursos humanos. Cursos e treinamentos internos tornaram-se rotina dentro da indústria, que aplica praticamente 1% do faturamento bruto na qualificação de seu pessoal. Segundo Dimas, ao entrar na fábrica, um bom operário passa por um processo de treinamento escalonado, que chega a durar cinco anos. O objetivo é criar oportunidade para o aprimoramento técnico, ascendência profissional e maior qualificação individual no desempenho das tarefas. Além disso, as conquistas sociais na área da D6 se mostram bem ousadas para a região. Os exemplos podem ser comprovados pela construção de um clube social e pela edificação de casas para os funcionários. Esporte, recreação e atividades culturais são vistos, ainda, no projeto de desenvolvimento humano da empresa como a base de sustentação da felicidade geral dos empregados e familiares.

Divulgação D6

# O prêmio vai para Imperatriz

## Relação interpessoal garante premiação nacional para panificadora de Imperatriz

A satisfação dos organizadores não poderia ser melhor. Pela primeira vez, nos nove anos de promoção, o Maranhão conseguiu emplacar uma classificação nacional no Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho. A Pão Delano, de Imperatriz, conquistou a maior pontuação no resultado final das avaliações realizadas entre as microempresas do Nordeste. Instalada há sete anos na rua Frei Manuel Procópio, 248, centro de Imperatriz, onde atua no mercado de pães, confeitos e conveniências, a panificadora de Efreim Delano teve como maior destaque, entre os seis critérios avaliados, a relação interpessoal mantida com os empregados. Além da auto-análise de sua direção e de téc-

nicos do Sesi, o item foi eleito também pelos próprios trabalhadores da empresa. Veterana em participação, esta é a segunda vez que a Pão Delano fatura a melhor colocação entre as microempresas maranhenses.

Com um número de participações que vem crescendo a cada ano, 35 indústrias concorreram a uma classificação ao Prêmio deste ano. Entre grandes, médias, pequenas e micros, foram doze somente de Imperatriz e mais oito de São Luís, sete de Caxias, três de Açailândia, duas de Bacabal, duas de Coelho Neto e uma de João Lisboa. Em todo o país foram inscritas 1.051 indústrias, envolvendo mais de 340 mil trabalhadores. Por conta dessa alta participação, Imperatriz foi



Em Imperatriz: Delano e Jorge Mendes

escolhida para a entrega dessa nona edição do PSQT, que contou com a presença do próprio presidente da Fiema, Jorge Machado Mendes. De acordo com Jorge Machado Mendes, o Prêmio “é um reconhecimento àqueles que estão contribuindo para a qualidade de vida do nosso trabalhador da indústria”. Além da Pão Delano, foram também escolhidas, na categoria estadual, a Alumar, a Eletronorte, e a Shalom Indústria Madeira.

### Participação recorde

Criado pelo Sesi, em 1996, com o objetivo de homenagear as indústrias que se destacavam por desenvolver estratégias de gestão de pessoas, políticas de saúde, capacitação de mão-de-obra e de projetos sociais voltados para a comunidade, o PSQT bateu, neste ano, o recorde histórico de participantes: foram 1.051 empresas de micro, pequeno, médio e grande porte, que



Relação interpessoal: idéia de time garantiu destaque nos critérios de pontuação do vencedor



Área de produção: compartilhamento dos cuidados com a qualidade e desempenho

empregam 340 mil pessoas. O número supera, em cerca de 40%, o total de concorrentes do ano passado e é três vezes maior do que o número de inscritos na primeira edição de 1996.

A etapa estadual foi encerrada em setembro e as vencedoras nacionais divulgadas na solenidade de entrega dos prêmios, em novembro, em Brasília. Foram premiadas também as 20 melhores empresas selecionadas, de acordo com o seu porte, das regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A escolha obedeceu como base o desempenho dessas empresas nas áreas de gestão, saúde, educação, esporte, lazer e meio ambiente. Todas as empresas finalistas receberam certificados de participação além de prêmios em dinheiro.

A maior adesão das empresas à premiação este ano, segundo Neide Ribeiro, analista de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais do DN, tem diversas explicações. Uma delas é o investimento do Sesi na conscientização do empresariado para

a importância da participação e a outra é a intensa divulgação do Prêmio por meio de seminários sobre responsabilidade social, anúncios em revistas e nos *sites* institucionais. Além disso, é grande o trabalho de especialistas do Sesi nessas empresas por ocasião do PSQT. “As empresas candidatas ao Prêmio recebem um diagnóstico de suas condições em diversas áreas, o que facilita conhecer seus pontos fortes e fracos. Isso é um verdadeiro trabalho de consultoria”, ressalta.

Uma pesquisa realizada entre as participantes do PSQT 2003 mostra a importância do Prêmio. Segundo 96,2% dos entrevistados, a premiação é um estímulo à ampliação de benefícios para seus trabalhadores. O percentual dos empresários que acreditam que o Prêmio valoriza os recursos humanos como fator de produtividade chegou a 95,5%. Para 94,9%, o PSQT permite uma importante associação do nome da indústria ao do Sesi, enquanto parceiro na execução de programas sociais.



## CATEGORIAS CONCORRENTES

**Microempresas**  
**Pequenas empresas**  
**Médias empresas**  
**Grandes empresas**

## PROCESSOS DE AVALIAÇÃO

**Gestão**  
**Saúde**  
**Segurança**  
**Meio ambiente**  
**Educação**  
**Desenvolvimento**  
**Lazer**  
**Cultura**

## CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

**Processos inovadores**  
**Melhorias constantes**  
**Produtividade**  
**Competitividade**  
**Ambiente de trabalho**  
**Relações interpessoais**  
**Satisfação do cliente**  
**Responsabilidade social**

## VENCEDORES NACIONAIS

**Embratel – RR**  
**Itaúna Siderúrgica – MG**  
**P.B. Zanzini & Cia – SP**  
**Usiminas – MG**

## VENCEDORES DO NORDESTE

**Pão Delano – MA**  
**Construtora Placic – AL**  
**Singer do Brasil – CE**  
**Phoenix do Brasil – PE**

# Desempenho positivo

**Pesquisa realizada entre 50 empresas do Maranhão mostra que as indústrias do maranhense vêm acompanhando o bom momento da indústria nacional**

Os resultados podem ser deduzidos a partir da análise da sondagem industrial do Maranhão, realizado neste terceiro trimestre pelo Centro de Apoio a Média e Pequena Indústria, o Campi, órgão de assessoria técnica de Fiema. Segunda a pesquisa realizada pelo Campi, as médias e pequenas indústrias maranhenses vêm mantendo níveis de aumento de suas atividades desde o primeiro trimestre do ano, quando foi realizada a primeira verificação. E o melhor, no item expectativa, os empresários maranhenses mostram-se bastante otimistas, sentimento que, segundo as projeções levantadas, deve permanecer durante os próximos seis meses. Resumindo: tivemos crescimento durante todo este ano e temos a perspectiva de manter o mes-

mo desempenho até meados de 2005.

Foram três os indicadores que sinalizaram esses resultados. No item produção e faturamento, as empresas maranhenses consultadas atingiram a marca dos 61,4 pontos, dentro de uma escala de 0 a 100 pontos, utilizada pela CNI, que considera as marcas acima de 50 como índices de crescimento. Dentro da mesma metodologia, o nível de emprego registrou 52,3 pontos, o que caracteriza novas admissões de pessoal nas empresas e uma conseqüente recuperação da massa salarial. O terceiro e último indicador positivo se refere à utilização da capacidade instalada, período em que a indústria maranhense registrou 73,6% das máquinas funcionando – portanto, 11% acima do mesmo índice, tomado no segundo trimestre deste ano. Com essa produção, o Maranhão se destaca também em relação ao Nordeste e mesmo no Brasil, quando o país atingiu os seus maiores recordes, desde quando a CNI iniciou a sondagem industrial, há seis anos.

Em contraposição, os médios e pequenos industriais maranhenses não estão conseguindo repor os seus estoques de produtos finais. Em queda desde o segundo semestre deste ano, essa dificuldade leva a crer que os maranhenses não estão podendo acompanhar o surto de crescimento das vendas, o que resulta em estoques abaixo do planejado. Quanto à lucratividade, o índice de 43,2 pontos representa uma pequena deterioração em relação ao trimestre anterior. O

mesmo pode ser deduzido quanto à liquidez, que sofreu forte redução: 38,6 pontos, ou uma variação negativa de 18%, em relação ao período anterior. Apesar destes dois itens, o estudo conclui que a situação financeira das indústrias maranhenses tenha saído de um quadro ruim, visto nos dois primeiros trimestres do ano e que, caso se registre neste quarto trimestre um nível de produção bom, o que é tradicional, pode-se ter um quadro de melhora da situação financeira em geral.

A pesquisa contemplou 50 empresas maranhenses, cinco na capital e o restante no interior, ligadas aos ramos das indústrias de transformação: cerâmicas, farmacêuticas, bebidas, limpeza e perfumaria, oleaginosas, gráficas, madeiras, alimentos, extração mineral, metalúrgicas básicas, álcool, plásticos, têxteis, couros e artefatos de borracha. Nelas, foram identificados como principais problemas a elevada carga tributária e o alto custo das matérias-primas, além da baixa qualificação do pessoal empregado. Da mesma forma, os empresários se ressentem ainda da acirrada competição do mercado, promovida por produtos de outras praças, e da eterna falta de capital de giro, apesar da negativa das várias instituições financeiras, tema já abordado na edição anterior de *Maranhão Industrial*.

Os resultados referentes a essa sondagem consideram somente os dados apurados das pequenas e médias indústrias de transformação, já que as



Joaquim Neto

indústrias de grande porte preferiram não participar, apesar do envio dos questionários. Nela não foram registrados, ainda, os indicadores de exportação para o Maranhão, em função de a amostra pesquisada não ter constado nenhuma empresa exporta-

dora. Por outro lado, os bons indicadores apurados revelaram que a expansão da indústria não se deu, exclusivamente, por conta da demanda externa, mas também do mercado interno, influenciado pela alta demanda comum ao período.

## Otimismo suplanta média nacional

O Índice de Confiança do Empresário Industrial – ICEI-MA mostra que o pequeno e médio industrial maranhense acredita na melhoria de seus negócios, pelos próximos seis meses. Pelos menos se dependem da vontade dos empresários, que atingiram, em média, 64,5% no item apurado pela metodologia da CNI, que apura os índices de confiança em relação à empresa de cada um, ao setor da atividade e ao desempenho da economia brasileira.

A situação atual dos negócios da indústria maranhense melhorou em comparação com os últimos seis meses, conforme a variação positiva do indicador “condições atuais”, que foi acrescida em mais 11,2 pontos, ou seja, 22% com relação a julho. Destaque maior pode ser notado na avaliação das condições das empresas, cujo índice subiu de 51,5 para 65,9 pontos – uma variação de 28%.

Por último, conforme comparativo dos índices de confiança, construído a partir dos resultados da sondagem industrial da CNI, os industriários maranhenses mostram-se mais otimistas que os do restante do país. Isto, quando a melhoria da situação atual dos negócios também foi sentida em nível Brasil, sempre verificada em momentos de recuperação da economia, até então vista quatro vezes nos seis anos de existência da sondagem industrial.



Joaquim Neto

Reposição dos estoques: otimismo em alta

# Sem ferramenta, sem competitividade

Estudo identifica falta de planejamento em 78% de indústrias de pequeno porte de São Luís



Moura: estudos para uma nova graduação

A conclusão faz parte do estudo realizado pelo economista Marco Antônio Moura da Silva, professor de Planejamento Estratégico do Uniceuma e diretor técnico do Sesi e Senai, para obtenção de mais um título de pós-graduação, agora em Gestão Estratégica, pela Universidade Federal de Santa Catarina. A dedução surgiu após análises bibliográficas, visitas a 30 indústrias e entidades de apoio, entrevistas com líderes empresariais e pessoas formadoras de opinião de São Luís. Segundo os resultados, apenas 33,3% dessas indústrias têm algum conhecimento e utilizam um planejamento estratégico e que a principal causa da não utilização, é a falta de profissional qualificado. Dentre estas, 70% manteve e aumentou em 10% o faturamento nos últimos três anos. O autor observa ainda, através das análises dos dados e das informações, a necessidade de incentivo e disseminação de informações quanto ao uso de planejamento estratégico nas indústrias de pequeno porte. “O grau de conhecimento e principalmente

utilização do planejamento estratégico nas indústrias de pequeno porte é muito baixo, entretanto, torna-se necessário uma ação conjunta de entidades empresariais ligadas a essas empresas e uma maior aproximação destas com novas formas de gestão do mundo contemporâneo”, defende Marco Moura em sua tese.

Outro fator fundamental, segundo ainda as conclusões do estudo, é a necessidade urgente de disseminação de uma cultura empreendedora nessas indústrias. Uma cultura focada em resultados e que tenha como principais atores as instituições de ensino regular e profissionalizante, nos níveis básico e técnico, tanto públicas quanto privadas. “Através do investimento em

informação e capacitação, é possível a implementação de planejamento estratégico, com metodologias adequadas às indústrias de pequeno porte, pois assim teremos um maior número de empreendedores utilizando modernas ferramentas de gestão”, realça o estudo. “Principalmente nos dias atuais, onde precisamos nos preparar cada vez mais para o futuro, principalmente nesse segmento”, complementa.

Para Marco Moura, as constantes alterações que ocorrem no ambiente empresarial demandam um processo de gestão flexível que englobe possíveis adaptações às mudanças. No entanto, o segmento das pequenas indústrias continua a adotar posturas de

## ANÁLISE QUALITATIVA

*Segundo as empresas que utilizam o planejamento estratégico, esta atitude proporcionou a implementação de ações que contribuíram para o alcance de resultados satisfatórios, como:*

- Melhoria da qualidade do produto frente à concorrência
- Investimento em tecnologia
- Inovações
- Implantação de programas de qualidade
- Marketing
- Estabelecimentos de metas
- Quebra de paradigmas
- Diversificação do mercado consumidor
- Melhoria no serviço de atendimento ao cliente
- Análise de custos
- Formação de parcerias
- Ampliação da carteira de produtos
- Aumento da produtividade
- Investimento em treinamento e em ações sociais



gestão reativas que não abrangem a turbulência ambiental, ignorando, na sua grande maioria, perspectivas futuras. O planejamento estratégico apresenta-se como uma ferramenta administrativa que orienta a indústria em suas ações futuras considerando o seu ambiente.

No entanto, as metodologias de planejamento estratégico foram desenvolvidas de acordo com as necessidades e características das grandes indústrias e, sua aplicação na pequena indústria, mesmo que de forma simplificada, tem-se mostrado complexa. Sendo assim, além da constante necessidade de conscientização dos pequenos empresários quanto à importância do planejamento estratégico, uma das alternativas para que esta disseminação ocorra por completo, é a utilização de um roteiro que considere as características da pequena indústria no processo de elaboração do planejamento estratégico, tendo como objetivo auxiliar o pequeno industrial na adoção desta ferramenta.

## Uma estratégia em permanente evolução

Entre 1900 e 1950, o grande desafio das indústrias era aperfeiçoar mecanismos de produção, que reduzisse os custos unitários dos produtos. Foram desenvolvidos valores gerenciais, voltados a oferecer produtos com o menor preço possível. Após a 2ª Guerra Mundial, devido ao crescimento do mercado mundial, surgiu a necessidade de evolução de outros sistemas. As indústrias começaram a sentir a necessidade de utilizar um planejamento que as pudessem preparar para o futuro.

Na década de 50 surgiu o planejamento a longo prazo, devido às necessidades de preparar a indústria para os desafios do ambiente externo, em prazos mais longos que um ano, usados anteriormente. Após a década de 60, surgiu o planejamento por negócio. A época foi marcada pelas mudanças ocorridas principalmente nos campos social e tecnológico. A taxa de crescimento do mercado reduziu e aumentou a competição entre as indústrias.

A década de 70 se caracterizou pelo agravamento da turbulência do ambiente externo e pela crescente competição empresarial, onde voltou à tona a preocupação com a produção, agora, não mais com a quantidade, mas com a qualidade. A partir das décadas de 80 e 90, devido a turbulências no ambiente externo, surgiu o processo de administração estratégica, com técnicas gerenciais voltadas a rápidas mudanças e, conseqüentemente, novas diretrizes adequadas à realidade.

### DOS RESULTADOS

- **50%** vêm mantendo um faturamento estável nos últimos três anos, sem planejamento
- **43%** vêm mantendo o mesmo desempenho, sem planejamento, apesar de conhecê-lo
- **70%** vêm mantendo e aumentaram o faturamento em 10%, com o uso do planejamento

### DAS DIFICULDADES

- **50%** afirmam não possuir pessoal qualificado para implantação
- **8%** acham ser uma ferramenta para apenas grandes indústrias
- **8%** imaginam ser necessário muito tempo para a implantação
- **34%** não responderam ao questionamento

# Sobre as pequenas indústrias de São Luís

Para o trabalho, foi realizada uma pesquisa em São Luís em 30 indústrias, entre janeiro a março deste ano. Para garantir maior confiabilidade das informações, a coleta dos dados foi realizada diretamente com os empreendedores. As áreas pesquisadas foram: minerais não metálicos, metal mecânica, automotiva, telecomunicações, madeira e móveis, química, produtos farmacêuticos, têxteis e confecções, alimentos e bebidas, gráfica e construção civil. De acordo com a pesquisa foram constatadas as seguintes informações:

Marco Moura:  
informações colhidas  
com os próprios  
empresários envolvidos



## DAS EMPRESAS

- 77% atuam no mercado há mais de 10 anos
- 73% têm foco somente no mercado interno
- 80% são indústrias de pequeno porte
- 20% são microindústrias
- 67% informaram não possuir uma área de planejamento
- 33% relataram possuir uma estrutura de planejamento

## DO PLANEJAMENTO

- 47% têm conhecimento, mas não o utiliza
- 33% têm conhecimento e o utiliza
- 20% não têm conhecimento da ferramenta

## DOS RESPONSÁVEIS

- 20% têm formação em administração de empresa
- 10% têm formação em engenharia
- 3% têm formação em ciências contábeis

# A carga nossa de cada dia

Carga tributária é novamente apontada como o maior problema enfrentado por industriais maranhenses

LUÍS FERNANDO BAIMA

Pe-la segunda vez consecutiva, a elevada carga tributária lidera o item dos principais problemas enfrentados pelos industriais maranhenses. O alto do pódio, se é que vale a distinção, foi atribuído pelas duas últimas Sondagem Industrial do Maranhão, realizada pelo Campi, referentes ao segundo e terceiro trimestre deste ano. Para alguns empresários consultados, os aumentos das atribuições fiscais com a qual estão obrigados a conviver, e a se submeter, principalmente nos últimos dois anos, atingiram níveis de confisco.

E esse não é um sentimento compartilhado só pelos maranhenses. A grita é geral. Na última reunião do ano, do Conselho de Desenvolvi-

to Econômico e Social, o CDES, realizada em Brasília, com empresários e representantes dos trabalhadores, o que não faltou foram críticas ao governo e aos sucessivos recordes da arrecadação, considerados por muitos como “uma prova irrefutável dos sacrifícios exigidos do setor produtivo”. Isso tudo, na presença do presidente Lula da Silva, um dos participantes do encontro, que se viu obrigado a ouvir do novo presidente da Fiesp, o empresário Paulo Skaf, um dos quatro conselheiros escolhidos para debater na reunião, que “o Brasil tem carga tributária de país avançado e padrão de vida de país atrasado”. Em seu discurso, considerado o mais duro do dia, Skaf se referia a uma carga tributária de 35,5% do PIB

e um índice de desenvolvimento humano que não passa de míseros 0,78%.

Se estivesse em São Luís, precisamente no auditório da Fiema, o presidente Lula teria ouvido da juíza federal do Ceará, Germana de Oliveira Moraes, que “o sistema tributário brasileiro é injusto e excessivamente burocrático” e que “ao invés de ajudar a reduzir, contribui para manter a desigualdade social”. A juíza, que também é professora doutora de Direito Constitucional e Administrativo do curso de mestrado da Universidade Federal do Ceará, esteve por aqui durante o I Congresso de Finanças Públicas de São Luís, onde proferiu palestra sobre os aspectos constitucionais da reforma



CDES em Brasília:  
discussão em clima  
de constrangimento



Paulo Skaf: um país de avanços e atrasos tributária, atualmente em tramitação no Congresso Nacional. Para a juíza, a reforma tem que reverter essa distorção: “Quase todos concordam que a carga tributária no país é muito alta e que deve ser limitada”. Para ela, uma reforma tributária justa no país deve, obrigatoriamente, rever o atual número excessivo de impostos, “que torna o sistema pesado e gerador de conflitos entre o fisco e o contribuinte”. Sobre as propostas polêmicas já apresentadas, a juíza destacou o IVA, o novo imposto sobre valor agregado, a ser criado a partir da unificação do ICMS, ISS e do IPI e a ser arrecadado pela União, e que vem sendo criticado por alguns tributaristas. A professora Germana Moraes acha que o novo imposto teria vantagens administrativas, mas que há pontos que precisam ainda de definições, como “quem vai gerir o tributo e quanto caberia a cada esfera”. Para os tributaristas, o IVA seria um tributo tipicamente europeu, sem nenhuma vocação regional. E vão ainda mais longe: os principais problemas tributários no Brasil seriam a burocracia e a sonegação fiscal. Unificar a legislação

e agregar outros impostos ao ICMS seria apenas uma tentativa de aperfeiçoar o obsoleto, consideram alguns.

Discussões à parte, o certo é que a carga tributária não vem dando trégua às empresas do país. Um estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, o IBPT, intitulado *A insuportável carga tributária empresarial brasileira*, mostra que o índice de impostos e contribuições incidentes já atinge quase 40% do valor agregado (todos os gastos usados para transformar a matéria-prima em produto) das empresas. Nos Estados Unidos e na Europa, esse índice não ultrapassa 30%. As mais prejudicadas são as empresas do setor industrial, com carga de 44,18%, seguidas pelas de energia elétrica, com 41,45%, e de comunicações, com 40,39%. As pequenas empresas também são prejudicadas, segundo o presidente do IBPT, Gilberto do Amaral, co-autor do estudo, ao lado do tributarista João Eloi Olenike. A tributação dessas empresas, que deveriam pagar menos impostos como forma de incentivo ao de-

envolvimento, na opinião de Amaral, é de 23,03% - índice superior ao das instituições financeiras (22,80%) e de administração de bens próprios (17,96%).

Com esses números e porcentuais, voltamos então para a última reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o CDES, onde, pela primeira vez, o ministro Antônio Palocci, da Fazenda, admitiu que a carga tributária realmente sofreu um aumento de impostos este ano. Segundo o ministro, por conta da incidência da Cofins sobre as importações; mas a ser compensada gradativamente, ao longo do tempo. Palocci fez questão de ressaltar que o compromisso do governo é reduzir a carga tributária a níveis registrados em 2003. Para tanto, a equipe econômica compensará o excesso de arrecadação com medidas para diminuir os impostos incidentes sobre setores estratégicos, como o de bens de capital. Entre as medidas, estariam um aumento no prazo para recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI, e uma re-



Fiema, São Luís: sistema injusto e excessivamente burocrático

dução da alíquota desse imposto, na aquisição de bens de capital. “Estamos avaliando ainda várias outras medidas, como a redução da tributação sobre folha de pagamento”.

No entanto, essa discussão deverá ficar para o ano que vem, e para não perder a viagem, o ministro aproveitou para falar que o Brasil conseguiu entrar em uma nova e consistente etapa de crescimento econômico, “sem vôos de galinha ou de curto prazo”. Bastaria explicar como foi possível haver um aumento real de 11,2%, em outubro último, na arrecadação da União em relação à obtida no mesmo mês, em 2003, índice que deverá ser ainda maior até o final de 2004. Ou justificar para um consumidor, que 46,08% do preço de um pacote de leite, 40,5% do que paga por um quilo de açúcar, 42% do valor de um sabonete, 52,33%, de um vidro de xampu, 47,25% do de um CD de música, ou que 53% do que é pago por um litro de gasolina são destinados aos cofres públicos. E, ainda mais, que uma casa popular que poderia custar

R\$ 22.059,00, sai pela bagatela de R\$ 45 mil, quando acrescida dos impostos incidentes.

## Um nó no crescimento

Não bastasse a enorme lista de tributos, contribuições, taxas, e das chamadas contribuições de melhoria, 72 para sermos mais exatos, os empresários brasileiros ainda têm que se ater ao enorme e entranhado cipoal de decretos e normas, previstas pela legislação tributária. São quase 100 as declarações, demonstrativos, formulários, fichas e guias, com que um bom e paciente contador a que tem de se envolver para atender a seus clientes e à criatividade das mentalidades que bolum as normas e controles do fisco. Mentalidades essas, cada vez mais férteis e às vezes insanas, como se tivessem somente o objetivo de infernizar a vida do contribuinte, ou de desviar a atenção e a atividade principal dos que têm como tarefa a produção de

receitas e empregos.

Além de ter que cumprir essas obrigações, as empresas têm que assumir, ainda, as funções de controle de seus próprios recolhimentos e do recolhimento de outros contribuintes. E o que isso representa? Representa criar estruturas e mais custos somente para atender uma função que, a princípio, pertenceria ao próprio Estado. É mais um aumento na carga tributária, que não respeita grandes, médios, pequenos ou micros: todos são iguais perante o fisco. É claro que o justo seria o próprio fisco, dentro de seu exclusivo interesse, assumir os gastos gerados por sua própria burocracia. Aí, quem sabe, poderia haver um limite para as novas e novas exigências.

Não é à toa, portanto e nem desproporcionada, a campanha atualmente iniciada pela Confederação Nacional da Indústria, a CNI, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a CNA, a Confederação Nacional do Comércio, a CNC, a Confederação Nacional das Instituições Financeiras, CNF, a Confederação Nacional dos Transportes, a CNT, e a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, a CACB. Juntas, em uma ação empresarial, as seis confederações buscam mobilizar todos os segmentos sociais nacionais para a continuidade da Reforma Tributária. Uma reforma que possa garantir o crescimento sustentado do país, que privilegie a eficácia e a transparência dos gastos públicos e melhore a máquina arrecadadora, para adequar o tamanho do Estado às necessidades da sociedade e à capacidade tributária dos contribuintes. Uma ação nacional por um sistema tributário pró-crescimento, que seja mais transparente, simplificado, que desonere os investimentos e as exportações.



Divulgação PMSL

# Brincadeira de gente grande

Promoção cultural do Sesi mobiliza micro e pequenos do setor artesanal nordestino



Divulgação Sesi

Praça Maria Aragão: 300 profissionais envolvidos em 112 apresentações, desfiles e apresentações musicais, em dois dias de festa e fantasias

**É** o que se pode considerar como uma união perfeita. Por trás da promoção Bonecos do Brasil e do Mundo, realizada em São Luís entre 10 e 11 de novembro, o Sesi deu uma amostra de quanto podem ser variáveis os estímulos à produção. Nada menos que 300 profissionais estiveram envolvidos no evento, que contou com 112 apresentações de companhias de bonecos nacionais e internacionais, nove desfiles com 42 bonecos, oito com pernas-de-pau, nove apresentações de bandas de música locais, além de exposição de fotografias e promoção de ateliês, oficinas e seminários sobre o tema. Criado para resgatar, difundir, valorizar e aperfeiçoar a arte dos teatros de bonecos, em suas diversas formas de manifestação, e levar cultura e entretenimento para a população brasileira, o projeto vem

contribuindo na mobilização de empresas de micro e pequeno porte do setor artesanal da região Nordeste, estimulando o incremento da produção e comercialização dos seus produtos. No setor de serviços culturais, o projeto tem mobilizado igualmente profissionais das áreas de cenografia, montagem, adereços e figurinos, nos nove Estados onde tem se apresentado.

Realizado em conjunto com o Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã, o Inbrac, São Luís foi a quarta cidade onde o projeto se apresentou, após ter passado por Sergipe, Salvador e Fortaleza. Depois, o projeto seguiu para Teresina, Natal, João Pessoa, Recife e Alagoas. Quando do encerramento da turnê, o projeto deverá ter envolvido 147 integrantes de 17 diferentes grupos teatrais, seis palestrantes, um fotógrafo e um

cinematista para registro de todo o evento, e em média 30 artistas de cada localidade, participantes de teatro de bonecos e de programas de auto-educação. Para atendê-los, foi montado uma mega-produção dotada com três palcos, um principal e dois auxiliares, 14 tendas, dois túneis refrigerados, dois pórticos de entrada, quatro telões de alta definição, estrutura de som e iluminação para toda a área do evento, 20 banheiros químicos, dois geradores de 250 kva, e mais locações de equipamentos de TV e vídeo, além de dois ônibus leito, seis caminhões, nove vans, 353 passagens aéreas, 2.747 diárias de hotel, 56 diárias de veículos diversos e alimentação de todo o pessoal. Isso para cada cidade participante, o que nos pode dar uma idéia do volume de serviços e produtos que pode envolver com incentivo à cultura.

# Principais espetáculos

## Folgazões e foliões

Apresentado pelo grupo pernambucano Só-Riso, com 28 anos de estrada e título de uma das mais importantes companhias de bonecos das Américas. No espetáculo, a trupe viaja pelo reino do Inesperado, habitado pelas parcas aziagas, onde tem que cumprir alguns desafios, para não mergulhar nos subterrâneos da tristeza. Dois de seus personagens, Mateus e Muiraquitã, são então escolhidos para vencer a caipora gigante e o dragão da maldade e reencontrar os caboclos sagrados e os guerreiros do maracatu.

## Festança

Apresentado pelo mesmo grupo, o Só-Riso, o espetáculo combina o rigor crítico da realidade brasileira com o humor satírico, debochado e irreverente do teatro de fantoches, o mamulengo. Com apurado domínio técnico, o espetáculo mergulha nos arquétipos míticos da tradição para torná-la contemporânea ao homem.

## O cavaleiro da mão de fogo

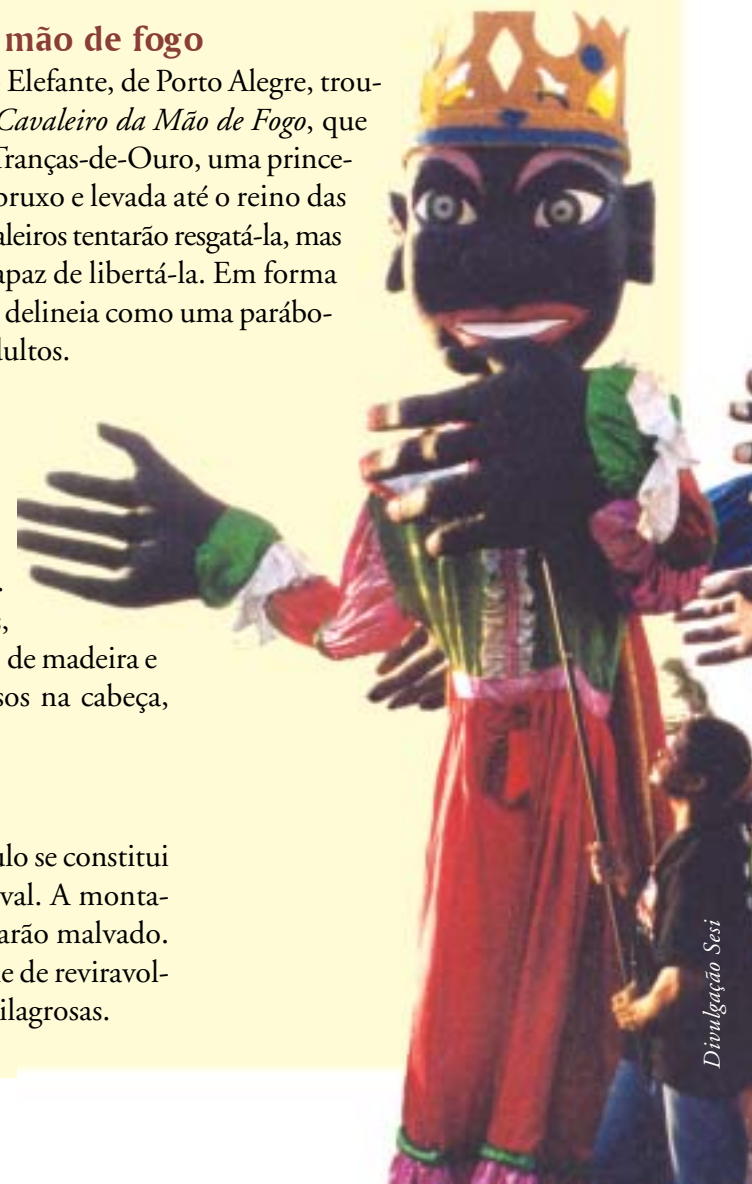
Grupo Caixa do Elefante, de Porto Alegre, trouxe o espetáculo *O Cavaleiro da Mão de Fogo*, que conta a história de Tranças-de-Ouro, uma princesa raptada por um bruxo e levada até o reino das sombras. Cinco cavaleiros tentarão resgatá-la, mas somente um será capaz de libertá-la. Em forma de versos, o texto se delinea como uma parábola para crianças e adultos.

## O cavaleiro da triste figura

Adaptação do clássico romance *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes, realizado pelo grupo mineiro Catibrium, em que a loucura se confronta com o real, com humor e lirismo. No espetáculo, o grupo utiliza a técnica de teatro de títeres, um tipo especial de marionetes, em que bonecos articulados, de madeira e pano, são suspensos por fios fixados em uma trave e presos na cabeça, mãos, joelhos e pés, pelos quais o operador o movimenta.

## Cadê o meu herói?

Realizado pela companhia carioca Sobrevento, o espetáculo se constitui em uma releitura dos antigos romances de cavalaria medieval. A montagem narra a história de uma donzela aprisionada por um barão malvado. Na torre do castelo, ela espera a vinda de um herói. Uma série de reviravoltas revela que na vida real não existem heróis ou soluções milagrosas.





Lagoa da Janssem, São Luís:  
860 atletas de nove estados  
do Nordeste

# Às mil maravilhas

**Realizado pela primeira vez em São Luís, os Jogos Regionais do Sesi se destacaram pela organização e precisão**

**O**s resultados não poderiam ser os melhores. Desafiados pelo megaevento a ser realizado, pela primeira vez, em São Luís, os organizadores do Sesi-Ma não poderiam estar mais satisfeitos. Durante os três dias em que se realizaram as competições, nenhum evento pôde ser registrado como destoante dos princípios que norteiam as competições saudáveis, características do esporte. E observa-se que não foram poucos os motivos de preocupação e ansiedade. Afinal, eram 860 os atletas a compor as nove delegações, de nove estados nordestinos. Gente muita para transportar, abrigar, alimentar e garantir conforto e segurança. A complementar, nove modalidades a serem disputadas por equipes preparadas e ávidas por vitórias. Vitórias essas, que foram conquistadas em variados campos, quadras e praças de esportes, espalha-

dos por toda a cidade. A entretê-las, ainda, em plenas festas que foram organizadas em aberturas, comemoração e encerramentos, shows com artistas e grupos folclóricos da terra, com suas dispendiosas exigências de espaço e

infra-estrutura. Tudo com precisão suíça e organização inglesa. Um megaevento. Uma megafesta. Agora, aos vitoriosos, só resta esperar pela etapa nacional, em 2006, e, quem sabe, a internacional.



Festa da abertura:  
presidente da Fiema  
abre os jogos





Delegação maranhense: 116 atletas representando oito empresas - a maior dos jogos

## Maranhenses se destacam

Foi a maior delegação. Ao todo, eram 116 atletas, representando oito empresas maranhenses presentes ao evento. Trabalhadores da Caema, Montisol, Alumar, CVRD, Cimento Nassau, São Marcos, ABN e Politécnica Engenharia, incentivados e que não se furtam à prática do esporte. O estado já vinha de uma boa colocação conquistada nos Jogos Nacionais, realizados em Recife. Deles, os maranhenses trouxeram o 2º lugar nos três mil e nos 800 metros rasos, um

3º lugar em tênis de mesa, 5º na natação, nos 50 metros borboleta, 6º nos 50 metros rasos e uma 4ª colocação no futebol sete máster. Em São Luís, passou a acumular um vice-campeonato em futebol de campo, conquistado pela equipe da Montisol, após ser surpreendido pela equipe da Santana Têxtil do Brasil, do Ceará, que marcou três gols sobre os maranhenses, em uma partida que vinha se definindo por um empate de dois a dois.

## Pernambucanas surpreendem

As pernambucanas surpreenderam em São Luís. Pela primeira vez disputando no voleibol de quadra, as meninas passaram por todas as adversárias sem perder nenhuma partida. Parte do segredo pode ser explicada com o entrosamento das trabalhadoras-atletas, antes mesmo da formação da equipe. Já as maranhenses, representadas pela Alumar, ficaram com segundo lugar. Apesar de perderem na final por 3 sets a 0, a equipe não desanimou. "O nível das pernambucanas é muito bom e nós não contávamos com isso. Elas estão mais para atletas profissionais que para trabalhadoras-atletas", falou Ingrid Santos, da Alumar, reconhecendo a superioridade das adversárias. No ano passado, a Alumar ficou em 3º lugar nos Jogos Regionais.

## Cearenses vencem em seis

O Ceará foi campeão em seis modalidades esportivas. A delegação chegou a São Luís com 94 atletas, representando seis empresas cearenses, que disputaram partidas de futebol, futsal, futebol sete máster, vôlei de quadra e praia, atletismo, natação, xadrez e tênis de mesa. Além dos seis títulos de campeão, a delegação também conquistou três vice-campeonatos. A Santana Têxtil do Brasil obteve o primeiro lugar em futebol de campo e sete máster e atletismo masculino; a Agripec foi a primeira em tênis de mesa, a Lepel em atletismo feminino e a Indústria Naval do Ceará foi campeã em natação feminina e vice-campeã na natação masculina. Conquistaram a segunda posição a JR Folheadas, no futsal, e a Têxtil Bezerra de Menezes, no vôlei de praia.



# Segundo tempo

Não só os trabalhadores se destacaram em São Luís. Por iniciativa dos organizadores, os Jogos Regionais do Sesi contaram também com a alegria das crianças do Programa Segundo Tempo. Dois times se enfrentaram em uma partida de futebol de salão, em que não faltou muita torcida e gols, 7 ao todo, em um placar que favoreceu por 5 x 2 o time do Araçagy, na disputa acirrada travada com o Pirâmide. O Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte e do Ministério da Educação, promovido pela Secretaria de Esporte Educacional, e que tem entre seus parceiros o Sesi. O Programa foi criado para garantir o acesso de práticas es-



Garotos do Programa Segundo Tempo: disputa acirrada, dentro e fora da quadra

portivas a alunos matriculados no ensino fundamental e médio dos estabelecimentos públicos de educação do Brasil, principalmente em áreas de vulnerabilidade social. Segundo as metas para 2004, o Programa prevê o

atendimento de 1 milhão de crianças e adolescentes em todo o país. Para isso, conta com 2.300 professores e mais 3.500 estagiários, nos 600 municípios beneficiados, em 26 unidades da Federação e o Distrito Federal.

## Momentos de emoção



Neuma partida despertou maior emoção entre as torcidas dos Jogos, como a disputada pelos portadores de necessidades especiais da Fundação Helena Antipoff e do Programa Senai de Ações Inclusivas. Atletas com surdez, Síndrome de Down e problemas de visão formaram dois times, que se enfrentaram em uma partida de handball, no penúltimo dia das competições. Ao todo, foram 14 os gols marcados e que favoreceram o time da Fundação Helena Antipoff, em um placar de 10 x 4 contra o time do Sesi/Senai. Na realidade, no final da competição, o que não faltou foram vitoriosos, que demonstraram o quanto é possível superar adversidades, tanto em formação profissional quanto em atividades de lazer e cultura.

# RESULTADO FINAL



## FUTEBOL DE CAMPO

1º	Santana Têxtil	CE
2º	Montisol	MA
3º	Suape Têxtil	PE

## FUTEBOL SETE MÁSTER

1º	Santana Têxtil	CE
2º	Caema	MA
3º	Alcoa	PE

## FUTSAL

1º	Sieart	PI
2º	Jr Folheados	CE
3º	Coteminas	RN

## VOLEIBOL MASCULINO

1º	CVRD	MA
2º	Coteminas	PB
3º	Musashi	PE

## VOLEIBOL FEMININO

1º	Ana Ferragens	PE
2º	Alumar	MA
3º	Saelpa	PB

## VÔLEI DE PRAIA MASCULINO

1º	Simas	RN
2º	T. B. Menezes	CE
3º	Energipe	SE

## VÔLEI DE PRAIA FEMININO

1º	Comercial Justino	PE
2º	Correios	RN
3º	Gráfica Santa Marta	PB

## TÊNIS DE MESA MASCULINO

1º	Anderson Lima	Agripec
2º	José Maria Carvalho	Cagepa
3º	Geraldo Passos	Xerox

## TÊNIS DE MESA FEMININO

1º	Rosana Trinta	Alumar
2º	Francleide Bezerra	BR
3º	Jailma Aguiar	Coelba

## ATLETISMO MASCULINO

1º	Santana Têxtil	CE
2º	Alpargatas	PB
3º	Correios	PB

## ATLETISMO FEMININO

1º	Lepel	CE
2º	Britânia	BA
3º	Coteminas	RN

## NATAÇÃO FEMININO

1º	Inace	CE
2º	Vivo	BA
3º	CDI	BA

## NATAÇÃO MASCULINO

1º	Vivo	BA
2º	Inace	CE
3º	Philips	PE

## XADREZ

1º	Alberto Brasil	Chesf
2º	Evandro Silva	Fuji
3º	Edilson Maia	Alumar

# Sábado de cidadania

Atendimentos do Ação Global superam as expectativas em São Luís



Tadeu Palácio e Jorge Mendes: participação da prefeitura municipal de São Luís

Parque Independência, São Luís:  
35.500 pessoas e 85.449  
atendimentos diversos

Os números foram bem maiores do que o esperado. Previsto para 60 mil, o atendimento do Ação Global 2004 superou a casa dos 80 mil. Exatamente, 85.449 foram os serviços prestados a um público estimado em 30.500 pessoas, entre homens, mulheres e crianças que procuraram o Parque Independência, no último 6 de novembro, no mutirão promovido pelo Sesi e Rede Globo, que completa 13 anos. Neste mutirão, que contou ainda com a participação de mais 51 instituições parceiras, voluntariadas entre organizações governamentais, não governamentais e privadas, serviços simples e às vezes complexos, agrupados como de cidadania, saúde, educação, e lazer, foram avidamente procurados por quantos estiveram no Parque – uma locação de difícil acesso para a cidade,

mas estrategicamente situada em meio a um conjunto de comunidades carentes. As mais carentes, se assim pudéssemos arriscar a classificá-las entre as muitas e diversas comunidades, não são tão menos carentes, que compõem a periferia de São Luís e, em via de regra, das capitais e cidades do país.

E são desses números, que se podem tirar exemplos do muito que se pode fazer por aqueles alijados das mínimas condições de cidadania, um direito garantido tanto pelas leis que regem qualquer nação civilizada quanto pelo espírito humanitário a ser cultivado por comunidades responsáveis. Para os que estão fora do processo, alienados em confortáveis situações particulares, poucos são os que podem entender a importância de um dia, pelo menos um dia, em que são oferecidas coisas tão simples como uma certidão



de nascimento, um corte de cabelo, ou ações preventivas de saúde, orientação educacional, jurídica e até nutricional. E não são poucos os necessitados. Um balanço realizado nos doze eventos anteriores mostra que a dobradinha Sesi/Rede Globo já atendeu cerca de 32 milhões de pessoas em todo o país. Em se tomando como base o crescimento do Ação Global realizado em 2003, em comparação ao ano anterior, chega-se a 70% a mais em atendimentos gerais e a 40% em relação a emissão de documentos. Somente em São Luís, no ano em questão, foram mais de 83 mil os atendimentos, prestados a cerca de 31 mil pessoas. Dentre estes, 14.605 em assistência médica e 2.563 na odontológica. Como se pode deduzir, um volume que tende sempre a crescer e que poderia ser revertido, por quem de direito e obrigação, por ações globais em cada dia do ano.



Vacinação: serviços de saúde foram um dos mais solicitados em 14.605 atendimentos médicos

Divulgação Sesi

## SERVIÇOS PREVISTOS PARA SÃO LUÍS

### CIDADANIA

Emissão de CIC, registro de nascimento, carteira de identidade, carteira de trabalho, carteira do idoso, casamento comunitário, orientações jurídicas, corte de cabelo, abertura de conta social (CEF), fotos.

### SAÚDE

Clínica médica, ginecologia (exames preventivos - coleta), pediatria, dermatologia, vacinação (humana e animal), teste do pézinho, oftalmologia, farmácia, primeiros socorros, ações preventivas/educativas, clínica odontológica (exodontia e aplicação de flúor).

### EDUCAÇÃO

Balcão de inscrições de jovens e adultos analfabetos para serem atendidos pelo projeto Por um Brasil Alfabetizado. Palestras voltadas para o tema e realização de oficinas referentes ao tema.

### LAZER

Recreação, ginástica laboral/aeróbica/jogos esportivos e shows musicais.

# Prevenção com informação e educação

**A**berto oficialmente pelo presidente da Fiema e diretor do Sesi, Jorge Machado Mendes, e pelo prefeito municipal de São Luís, o médico Tadeu Palácio, o Ação Global 2004 priorizou neste ano a emissão gratuita de documentos, dentro de uma integração estabelecida com o Movimento de Mobilização Nacional para o Registro Civil, instituído pelo governo federal, para dotar mais de 30 milhões de brasileiros que não possuem nenhum documento, de carteira de identidade, carteira de trabalho, certidão de nascimento e carteira de idoso.

Como outros serviços, também prestados gratuitamente, os postos do Ação Global oferecerem à população atendimento médico e odontológico, consultoria jurídica,

exames médicos preventivos, oficinas com nutricionistas, cortes de cabelo e espaço para recreação infantil. Todas as atividades realizadas no projeto tiveram um enfoque educativo e informativo, sempre de forma preventiva.

Na área da saúde, profissionais especializados falaram sobre aleitamento materno, saúde da mulher, prevenção do câncer de mama, útero e próstata, doação de sangue, primeiros socorros, hipertensão, saúde bucal, prevenção de acidentes, ginástica na empresa, DST/Aids, dengue, drogas, acidentes domésticos, vacinação, diabetes, prevenção contra queimaduras e vigilância nutricional.

Seguindo a linha da prevenção, a assistência odontológica realizou ações de escovação supervisionada, com en-

trega de *kit* (escova, creme dental e folhetos educativos), aplicação tópica de flúor, teatro de fantoches sobre higiene bucal e a importância da alimentação na saúde.

Na área jurídica, o público teve orientação na área familiar, tutela, divórcio, separação judicial, seguro desemprego, direitos da criança e do adolescente, aposentadoria, inventário, reintegração de posse e defesa do consumidor. Em algumas cidades, foram realizados casamentos comunitários.

Só no ano passado, o Ação Global atendeu mais de 1,7 milhões de pessoas e expediu mais de 100 mil documentos. Este ano, a expectativa é levar, novamente, a milhões de brasileiros, educação, saúde, lazer, ações de cidadania e documentação.



Atendimento médico: idosos mereceram atenção especial



## Serviços inéditos

Algumas das parcerias garantiram a oferta de serviços inéditos no Ação Global deste ano. Como foram os casos das consultas neuropediátricas, oferecidas pela clínica Neurocenter. Para atender crianças e adolescentes, o Neurocenter mobilizou uma equipe de profissionais de saúde das áreas de terapia ocupacional, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e psicopedagogia. Os serviços contemplaram desde casos de Síndrome de Down, hiperatividade, autismo a outras doenças de cunho neurológico. Os profissionais procuraram também orientar os pais de filhos portadores de deficiência física, sobre questões de direito que atendem essas crianças.

O 13º Ação Global também trabalhou com temas relacionados com a preservação do meio ambiente. Em parceria com a instituição Organização Por Amor, criada há um ano, pessoas interessadas puderam participar de palestras de sensibilização sobre os benefícios do papel reciclado para a natureza. Voltado principalmente para comunidades carentes, a organização não-governamental elegeu como foco a preservação dos ecossistemas e o desenvolvimento de projetos de geração de emprego e renda, como a criação de artefatos que podem ser comercializados pela comunidade, a exemplo de cartões de Natal.

Ainda no campo da saúde, o Laboratório Central de Saúde Pública, o Lacen, que já participou do Ação Global nos últimos oito anos, ofereceu pela primeira vez a entrega do resultado de alguns exames, no mesmo dia. Tanto na área de bioquímica quanto na de hemoterapia, o laboratório realizou coletas no período da manhã e entregou os resultados à tarde. Únicos exames não entregues no mesmo dia, por serem mais complexos, foram os da área de imunologia, como o Elisa (HIV), e os hormonais.

## ATENDIMENTO

### DOCUMENTOS

102 registros de nascimento  
600 carteiras de identidade  
1.616 CPF/CIC  
404 carteiras de trabalho  
133 outros

### SAÚDE

15.874 atendimentos médicos  
1.214 serviços odontológicos  
3.372 eventos esportivos  
4.052 atividades de lazer  
5.578 cursos promovidos  
49.152 ações de cidadania  
3.352 shows e brincadeiras

### PARTICIPAÇÃO

30.500 pessoas atendidas  
51 instituições parceiras  
520 voluntários  
17.662 panfletos distribuídos

## INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

SESI CLÍNICA  
NEUROCENTER  
HERBÁRIO ATIÇO SEABRA  
UNIT  
LABORATÓRIO DE PROTESE  
CIAP  
UFMA  
MARINHA DO BRASIL  
SEST/SENAT  
SEMUS  
CORPO DE BOMBEIROS  
LONG LIFE  
CORREIOS E TELÉGRAFOS  
CEMENT  
CENTRO DE OLHOS  
PASTORAL DA CRIANÇA  
SESC  
UNICEUMA  
MATERNIDADE MARLY SARNEY  
LACEN  
HOSPITAL ALDENORA BELO



# A GRANDE ECONOMIA DOS PEQUENOS

José Henrique Braga Polary

As mais recentes informações sobre as empresas, divulgadas pelo IBGE e referentes a 2002, permitem interessantes avaliações comparadas, tanto do ponto de vista intra-setorial, quanto inter-setorial e até espacial. Acham-se disponíveis dados sobre o quantitativo das empresas (conceito *unidades locais*), o volume de pessoal ocupado (total e assalariado), a remuneração paga (salários, honorários, *pro-labores*, gratificações e outras formas), sendo possível uma desagregação segundo o tamanho do estabelecimento.

Os dados, de um modo geral, confirmam situações evidenciadas em outros indicadores globais ou setoriais e possibilitam inferir até algumas relações causais. As 60.017

empresas (*unidades locais*) informadas colocam o Maranhão na 16ª posição no ranking nacional (1,1% do total das empresas do Brasil e 7,3% das do Nordeste), situação essa muito próxima da alcançada em relação ao Produto Interno Bruto – PIB.

Com respeito à mão-de-obra, tem-se que essas *unidades locais* ocupavam, na data da pesquisa (31/12/2002), um efetivo de 416.272 pessoas, das quais 350.375 eram assalariadas. Em média, cada unidade local maranhense ocupava 5,8 pessoas assalariadas, número esse ligeiramente maior do que o encontrado para o País (5,2 pessoas), o que indica uma intensividade de trabalho proporcionalmente maior no Maranhão.

Em termos de remuneração, a situação maranhense se modifica, quando comparada aos totais do Nordeste e do Brasil. As empresas do Maranhão geraram, em 2002, R\$ 2,376 bilhões, a título de salários, retiradas e outras formas de pagamento, o que significa uma remuneração média mensal por pessoa ocupada na ordem de R\$ 439,23, isto é, 65,2% do equivalente à média brasileira (R\$ 673,24). Além disso, deve-se alertar que somente nos estados do Piauí (R\$ 422,64) e Paraíba (R\$ 428,54) as *unidades locais* pagavam menos que no Maranhão, e em algumas unidades da Federação, essa remuneração superava a do Maranhão em até mais que duas vezes.

Vê-se, a partir daí, as discrepân-



cias entre os índices de participação do Estado do Maranhão no total do Brasil (1,1% no número de empresas e 1,2% no volume de pessoal ocupado e 0,8% no total das remunerações pagas), sinalizando para problemas de qualidade dos postos de trabalho neste estado, com repercussão em baixa produtividade.

Nesse sentido, basta verificar a posição dos estados do Pará, Santa Catarina e Goiás, que têm tamanho populacional aproximadamente igual ao do Maranhão, traduzida nos índices desses estados relativamente aos números maranhenses de Empresas, Pessoal Ocupado Total e Salários e outras remunerações.

Isto significa dizer que (1) o Pará um número de empresas 6% maior que o do Maranhão, e elas respondem por 48% a mais de mão-de-obra ocupada e por rendimentos pagos 82% maiores; (2) o número de empresas em Santa Catarina é 365% maior do que no Maranhão; essas empresas ocupam 273% a mais de mão-de-obra e pagam um total de remunerações 392% maior do que as empresas do Maranhão, num indicativo muito forte da intensividade de capital; (3) Goiás apresenta um total de empresas 152% maior do que o estado do Maranhão e elas são responsáveis por uma ocupação de mão-de-obra na ordem de 123% a mais, gerando, em consequência, remunerações que superam o total desse estado em

148%.

Qual a natureza das empresas maranhenses e o que contribui para esse distanciamento? Sem maiores aprofundamentos, vejamos alguns dados, extraídos do mesmo Cadastro Geral de Empresas (IBGE, 2002):

- das 60.017 empresas maranhenses, apenas 1,2% encontra-se no setor primário (na zona rural reside praticamente metade da população estadual), e responde por 0,9% de todas as rendas geradas no estado;

- 10,0% das empresas pertencem ao setor secundário, sendo 6,2% ligadas à indústria de transformação e 3,4% à de construção. No conjunto, incluindo os serviços industriais de utilidade pública (SIUP), geram apenas 9,7% das remunerações totais no Maranhão;

- 88,7% das empresas estão classificadas no setor de serviços, com destaque para aquelas do *comércio e reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos* (55,3% de todas as empresas maranhenses), e as de *atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados a empresas* (6,3%);

- no setor terciário, acham-se ocupadas 87,3% do total no Maranhão, com destaque para a *administração pública, defesa e seguridade social* (173.701 pessoas, ou 41,7% do total), que absorve mais de duas vezes a ocupação feita pelos estabelecimentos de *comércio e reparação*;

Os índices de participação do Maranhão no total do Brasil, sinalizam problemas de qualidade dos postos de trabalho, com repercussão em baixa produtividade

Das 60.017 empresas maranhenses, apenas 1,2% encontra-se no setor primário e responde por 0,9% de todas as rendas geradas no estado

No Pará um número de empresas 6% maior que o do Maranhão, respondem por 48% a mais de mão-de-obra ocupada e por rendimentos pagos 82% maiores

ESTADOS	EMPRESAS	PESSOAL OCUPADO	SALÁRIOS/OUTROS
Pará	1,06	1,48	1,82
Santa Catarina	4,65	3,73	4,92
Goiás	2,52	2,23	2,48

As empresas de comércio e reparação, seguidas das de alojamento e alimentação são as de pior remuneração média mensal por pessoa ocupada: R\$ 187,17 e R\$ 204,98 respectivamente

Na indústria de transformação, o predomínio das microempresas chega aos 87,8%, com uma ocupação de mão-de-obra na ordem de 22,6% e uma remuneração equivalente a 5,7% do total estadual

No outro extremo, as grandes empresas industriais, que totalizam 0,08% do universo, respondem por 33,0% das remunerações. É, sem dúvida, um segmento de alta concentração de renda e capital fortemente intensivo

as industriais de *utilidade pública* (energia elétrica, água e gás) e as de *intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados* pagam a maior remuneração média mensal / pessoa ocupada (R\$ 1.500,00 e R\$ 1.314,13, respectivamente), vindo em plano intermediário as empresas prestadoras de *serviços de educação mercantil* (valor de R\$ 803,32) e *transportes, armazenagem e comunicação* (R\$ 746,40);

as empresas de *comércio e reparação*, seguidas das de *alojamento e alimentação* são as de pior remuneração média mensal / pessoa ocupada (apenas R\$ 187,17 e R\$ 204,98, respectivamente);

a remuneração média mensal / pessoa ocupada, nas unidades de *administração pública, defesa e seguridade*, situada em R\$ 529,82 recebe a influência dos valores dos cargos em comissão e de representação e funções gratificadas, nas três esferas de governo.

Uma constatação adicional é possível a partir dos dados do Cadastro Geral de Empresas (IBGE, 2002), com respeito ao tamanho das *unidades locais*.

Das 60.017 unidades maranhenses, 85,8% têm até 4, ou 92,8% têm até 9 pessoas ocupadas. Obedecendo à classificação de inúmeros estudos internacionais, este é o *universo das microempresas*. Estas, respondem por 21,8% de todo o pessoal ocupado no Maranhão, mas por apenas 7,0% do total de remunerações pagas.

Em razão disso, não é de espantar que a remuneração média mensal/pessoa ocupada, nessas unidades, seja de R\$ 140,75.

Na indústria de transformação, o predomínio das microempresas chega aos 87,8%, com uma ocupação de mão-de-obra na ordem de 22,6% e uma remuneração apenas equivalente a 5,7% do total estadual. É isto mesmo: 87,5% das empresas industriais maranhenses geram apenas 5,7% das rendas, percentual este menor do que aquele referente às indústrias cujo tamanho está entre 10 e 19 empregados – 7,5%. No outro extremo, as *grandes* empresas industriais (500 ou mais pessoas), que totalizam 0,08% do universo, respondem por 33,0% das remunerações. Trata-se, sem dúvida, de um segmento de alta concentração de renda e capital fortemente intensivo.

Ratificando situações expostas em parágrafos anteriores, 95,9% (isto mesmo!) das empresas de atividades *comerciais e de reparação* são microempresas, o que significa que ocupam até nove pessoas. O volume de mão-de-obra que elas ocupam chega a 62,8% do total desse segmento, sendo gerados 34,1% das remunerações. Lembre-se, nesse particular, que a remuneração média mensal/pessoa ocupada, nas microempresas, é de R\$ 101,37 e nesse valor se acham incluídas as retiradas e outras formas de rendimento, inclusive dos proprietários.

As empresas de *comércio e repa-*

ração com 100 ou mais pessoas ocupadas representam 0,1% do total, mas geram uma remuneração média mensal/pessoa ocupada na ordem de R\$ 622,58, isto é, 6,1 vezes o valor das microempresas. Há aí forte indicativo da concentração de rendas, ainda que menor do que o verificado na indústria de transformação e maior do que na construção.

Por fim, um comentário com relação à *administração pública, defesa e seguridade social*, em que se registra a maior ocupação, no Maranhão. Das *unidades locais* existentes, 18,9% têm até nove pessoas ocupadas, percentual muito próximo daquelas com 10 a 99 pessoas. Somadas, são 38,6% unidades que poderiam ser consideradas microempresas (na classificação aqui adotada) e responderiam por 1,8% das pessoas ocupadas e por 1,9% das remunerações do segmento. São muitas microunidades, ocupando pouca gente e pagando uma reduzida massa de vencimentos.

No conceito de *médias* – 100 a 499 pessoas empregadas – encontrar-se-iam 38,1% das unidades, as quais ocupam 24,2% das pessoas e geram apenas 21,0% das remunerações do segmento público. Deduz-se, então, que, embora somente 23,3% dessas *unidades locais* possam ser enquadradas como *grandes* (500 ou mais pessoas empregadas), é nesse bloco que se identifica a natureza empregativa dos governos: aí estão 74,0% das ocupações e se geram

77,1% das remunerações (com valor médio mensal / pessoa ocupada na ordem de R\$ 529,82). Como o setor governamental não tem filial fora do estado, mesmo as grandes remunerações, a exemplo das médias ou pequenas, acabam circulando no próprio território geográfico maranhense, o que ajuda a manter o mercado interno.

À guisa de conclusão, os dados sugerem que a maciça presença numérica das micros e das pequenas empresas clama por mecanismos e canais que lhes dêem maior força qualitativa, melhor poder de competitividade, com maior agregação de valor, ao invés de serem penalizadas por equivocadas políticas públicas monetaristas, quase sempre contencionistas, de inspiração anti-inflacionária.

No caso maranhense, o mercado de trabalho (e de rendas) é fortemente afetado pelo setor público, e suas políticas repercutem, em espiral, sobre as empresas, especialmente as micro e pequenas (os contingentes mais expressivos) e seus empregados, assim como sobre fornecedores e os empregados destes, e assim sucessivamente. Este segmento econômico não tem “gorduras” financeiras para queimar. Na mesma linha de impacto, ainda que em escala menor, podem-se incluir as unidades médias e – quiçá – as grandes, cujas capacidades para “regimes financeiros” têm restrições para períodos mais longos... E ainda por cima com altas taxas de juros.

**“No conceito de médias – 100 a 499 pessoas empregadas – encontrar-se-iam 38,1% das unidades, as quais ocupam 24,2% das pessoas e geram apenas 21,0% das remunerações do segmento público”**

**“No caso maranhense, o mercado de trabalho (e de rendas) é fortemente afetado pelo setor público, e suas políticas repercutem, sobre as empresas, especialmente as micro e pequenas”**

**“Na mesma linha de impacto, ainda que em escala menor, podem-se incluir as médias e – quiçá – as grandes, cujas capacidades para “regimes financeiros” têm restrições para períodos mais longos... E ainda por cima com altas taxas de juros”**

# *Martins, Irmãos & Cia*

## *1845*



*Coleção F. Álvares*

**A** origem da indústria pode ser creditada de 1845, quando o português de Aveiros, Manoel Pereira Martins, montou uma fábrica de sabão de andiroba, no então povoado de Morros. Do interior do estado, a firma veio para São Luís onde se estabeleceu na antiga praça 1º de Maio, ao largo da desembocadura do rio Bacanga. Manoel havia convidado o seu irmão, João Pereira Martins, que também veio de Portugal, para juntos começarem a que seria a Martins, Irmão & Cia. Passaram então a produzir, além do já tradicional sabão, gelo, óleo vegetal e algodão medicinal – o depois famoso Algodão Hidrófilo Martins, considerado o melhor do mercado e o primeiro a ser produzido na América Latina. Nessa fase, a indústria passou a ter mais dois sócios o dr. João de Vasconcelos Martins e o empresário Thomaz Marques dos Santos. O anuário de 1948, elaborado pelo Departamento Estadual de Estatísticas dá uma amostra de quanto a empresa cresceu, entre a data da fundação e o ano de elaboração da estatística. Segundo o anuário, a indústria chegou a comercializar no ano 173.052 kg de algodão hidrófilo, 21.000 kg de resíduos de algodão, 20.700 kg de resíduos de caroço de algodão (em sua maioria destinada ao mercado europeu) e 724.248 kg de sabão – a maior produção do estado, suplantando inclusive a produção da Companhia Carioca Industrial, a sua maior concorrente no ramo de saboaria. A firma, que teve depois como sócios Manoel Vasconcelos Martins, João Guy Marques Martins, José Antônio Martins de Pereira Itapary e João Pereira Martins Neto, sobreviveu até 31 de dezembro de 1968, quando, finalmente, encerrou as suas atividades.